

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019. 244p

MAÍRA SAMARA DE LIMA FREIRE

Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, Paraíba, Brasil

samarafreiree@gmail.com

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v29i1p268-277

Do silenciamento ao (re)conhecimento: quando a fala se transborda na escrita

O livro intitulado *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*, traduzido e publicado em 2019 no Brasil pela editora Cobogó, foi escrito por Grada Kilomba, intelectual negra, psicóloga, filósofa, escritora e artista plástica, nascida em Portugal e de origem familiar nas ilhas de São Tomé e Príncipe e em Angola. Após realizar o curso de psicologia clínica e psicanálise no Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA), em Lisboa, e de ter trabalhado no Hospital Júlio de Matos com sobreviventes de guerras, Grada Kilomba foi para Berlim fazer o seu doutoramento. O livro aqui destacado é o resultado do seu trabalho de doutorado em Filosofia na Universidade Livre de Berlim, Alemanha, no qual contou com uma bolsa de estudo da Fundação Heinrich Böll. Foi publicado pela primeira vez em 2008 em Berlim, sendo o segundo livro de sua autoria.

A obra trata-se de uma compilação de episódios que exploram o racismo cotidiano como uma realidade psicológica, a partir das narrativas autobiográficas de mulheres negras. A combinação destas duas palavras, *plantação* e *memórias*, descreve o racismo como não apenas o ressurgimento de um passado colonial, mas também uma realidade traumática e atemporal. A preocupação central do livro volta-se para as experiências subjetivas de mulheres negras com o racismo.

Grada Kilomba dialoga com perspectivas baseadas nas teorias psicanalistas, sobretudo a fanoniana, e de interpretação fenomenológica, sendo marcante a sua interlocução com pensadoras negras e pensadores negros, dentre os quais destaco: Frantz Fanon, bell hooks, Patricia Hill Collins, Stuart Hall, Philomena Essed, Felly Nkewto Simmonds e Malcolm X.

O livro está dividido em quatorze capítulos. Especialmente na edição brasileira, temos uma carta direcionada aos leitores brasileiros. É nesse momento que Grada Kilomba revela que a obra assume uma prerrogativa individual, uma vez que foi elaborada para a

intelectual entender a si, mas também para que outras pessoas possam acessar, entender e encontra-se na escrita. Nessa parte, conta a sua trajetória de pesquisa desde Lisboa a Berlim, relata situações de racismo que vivenciou e menciona as frases que ouviu em Berlim para conseguir a bolsa de doutorado.

No início do texto, ela nos convida a refletir sobre o uso da linguagem, trazendo uma explicação em torno da semântica dos vocabulários. Esse começo apresenta semelhança com o que Fanon faz no livro *Pele negra, máscaras brancas* (2008 [1967]), quando, no primeiro capítulo, a sua reflexão é voltada para a linguagem. A partir disso, a autora recupera um arquivo de significados que cada palavra possui, chamando a atenção para como o uso das nossas palavras carrega uma dimensão política, seja na nossa escrita, seja na nossa fala. Para mostrar como isso se revela, Kilomba traz um pequeno glossário no final da carta, indicando as tensões que surgiram no decorrer da tradução do livro para o português. Deste modo, relata que vários termos no inglês possuem o gênero neutro e, quando traduzidos para o português, na forma aceita em relação às regras de tradução para a língua portuguesa, correspondem, em geral, a palavras que assumem o gênero masculino, entre elas: sujeito, objeto e outro; mestiço e mulato, relativas à racialização. Tais questões ganham espaço na política linguística esmiuçada pela autora, ao questionar como a norma da língua portuguesa é atravessada por formas que remetem a dinâmicas de destaque e invisibilização em torno de raça, gênero e sexualidade.

Na parte introdutória, Kilomba pensa a palavra tanto através da fala, dessa fala que se desdobra em um silêncio imposto ou em vozes torturadas, quanto da dimensão em que ela vai se debruçar sobre o escrever. Em seu trabalho, o escrever seria a forma de materializar a voz, de abandonar essa posição de outra para tornar-se eu. A partir da dimensão da linguagem, passamos a refletir sobre a palavra. Escrever é um recurso para torna-se sujeito e não mais objeto, o exótico, o não humano, o hierarquicamente inferior. É ter o poder de contar suas próprias palavras: “eu me torno a oposição absoluta do que o projeto colonial predeterminou” (KILOMBA, 2019, p.28). A escrita converte-se em um ato político. O escrever pode ser um ato de descolonização, justamente nesse processo quando deixamos de ser objeto e nos tornamos sujeitos. Essa inspiração de pensar objeto para sujeito, segundo Grada Kilomba, vem dos escritos de bell hooks (1989), o falar com a própria boca, o escrever com as próprias palavras, e que se articula com outras produções. Aqui, não poderia deixar de invocar a memória da psicóloga negra brasileira Neusa Santos Souza por seguir caminho semelhante. No trabalho de Souza, é perene o diálogo entre a psicanálise, o racismo e a constituição da subjetividade do negro brasileiro. A autora publicou, em 1983, o livro “Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade no negro brasileiro em ascensão social”, obra que refletiu o seu desejo de produzir um gênero de conhecimento que possibilite a construção de um discurso do negro sobre o negro, no que tange à sua emocionalidade, deslocando o olhar para a experiência de ser negro na sociedade brasileira, em que a classe, a ideologia, a estética, a exigência e as expectativas são todas brancas, e refletindo como,

ainda que viva nesse modelo societário, o negro consegue construir um discurso positivo sobre si (SOUZA, 1983, p.17).

O livro de Kilomba discute a realidade psicológica do racismo cotidiano, que é um conceito introduzido por Philomena Essed (1990) – “*everyday racism*” –, como “*gendered racism*”, baseado em narrativas biográficas de mulheres negras. É através das histórias de vida que Kilomba vai encontrar de que maneira o racismo cotidiano se revela. Nessa investida, há a condição de pensar a característica da atemporalidade. A autora constrói o seu raciocínio sobre o racismo cotidiano pensando o tempo a partir de duas características. A primeira é a re-encenação de um passado colonial, ou seja, uma cena colonial que insiste em se repetir: por mais que esteja localizada em um passado histórico, ela vem à tona novamente, através da branquitude. Por isso, são de fato memórias da plantação, memórias desse lugar marcado pela crueldade nos corpos negros. Por outro lado, a segunda característica desse racismo que se coloca como uma realidade traumática seria o que a autora nomeia como choque violento a fim de descrever a sensação dessa experiência; é essa realidade traumática que revela a experiência do passado no presente.

No primeiro capítulo (“A máscara”), Kilomba nos traz a imagem da mulher negra Anastácia, escravizada no contexto brasileiro, que foi forçada a usar uma máscara de ferro tendo a sua boca tapada. Anastácia tornou-se sinônimo de uma tecnologia do silenciamento, a máscara violentamente imposta é uma máscara silenciadora. A forma como Kilomba descreve esse instrumento de tortura nos faz pensar o racismo como produtor de um trauma que produz uma ferida. Nesse ponto de sua reflexão, a autora tece diálogo com o pensamento de Frantz Fanon. Aqui, é apresentada a alegoria da máscara como símbolo do colonialismo, das suas políticas perversas de conquista e dominação.

A máscara não é somente um instrumento de tortura, mas também de silenciamento, a implementação do senso de mudez. A posição que a boca assumirá nesse processo adquire uma centralidade na opressão do sistema colonial, representa aquilo que as pessoas querem e pretendem controlar. É nesse momento que existe uma fantasia em que o sujeito negro possui algo que ao branco pertence. A máscara é acionada para que não possua algo que não o pertence, a boca sendo metáfora da posse. A máscara protegia o sujeito branco de reconhecer o conhecimento do “Outro” e recria esse projeto de silenciamento, controlando a possibilidade de o sujeito negro ser escutado e de fazer parte da humanidade.

Diante disso, apresenta-se uma discussão sobre humanidade, semelhança e dessemelhança, ou seja, o colonialismo constitui um sistema social de dessemelhança, em uma relação na qual não existe a alteridade, e sim uma “Outridade”, esse movimento em que o sujeito sempre se reconhece a partir da produção de políticas e tecnologias sociais de não reconhecimento do outro como sujeito. Existe, então, a construção de um lugar de não sujeito. Um lugar em que alguém não pode ter o seu direito linguístico de conceber a sua ideia de si e sua ideia de “eu”. É nesse ponto que Grada Kilomba descreve e caracteriza os cinco mecanismos de defesa do ego do sujeito branco perante o racismo. É um percurso de uma conscientização coletiva no qual a pessoa branca se torna capaz de ouvir e que envolve

os estados de negação, culpa, vergonha, reconhecimento e, por fim, reparação, tratando-se de um percurso de responsabilização para criar configurações de poder e de reconhecimento.

No segundo capítulo (“Quem pode falar?”), a partir do diálogo com a indiana Gayatri Spivak (1995), Kilomba tensiona a questão sobre “se pode o subalterno falar” invocando também a intelectual Patricia Hill Collins (2000) para pensar sujeito e condições de enunciação da fala. O ato de falar é uma negociação entre quem fala e quem escuta. Ouvir, nesse sentido, é a autorização em direção ao falante. Ao demarcar que o processo de produção de conhecimento é atravessado por políticas de mérito/demérito constituídas por raça, Kilomba avalia a suposição de neutralidade acadêmica caracterizando-a como permeada por inúmeras violências. Tal processo constitui uma estrutura de validação do conhecimento, com dimensões hierarquizadas que preservam uma supremacia branca. Diante desse cenário, a questão é: como uma mulher negra pode produzir conhecimento (na academia)? Falar é reconfigurar as relações de poder. A fala que encontra uma escuta e uma escrita possibilita uma reconfiguração de poder na produção de um (re)conhecimento. Mais uma vez, a questão parece ser: quem pode falar e sob quais condições? A autora clama para a necessidade de pensar a produção de conhecimento e linguagem, havendo uma preocupação heurística com a constituição da linguagem, porque esta não é necessariamente apenas algo que se diz, mas fundamentalmente o como e o porquê se diz. Não adianta falar se não há uma estrutura que permite ser ouvida.

No capítulo 3 (“Dizendo o indizível: definindo o racismo”), afirma-se que o racismo é uma realidade violenta e está ligado à questão do poder. Kilomba traz definições sobre o racismo estrutural, o racismo institucional e o racismo cotidiano:

O racismo cotidiano refere-se a todo vocabulário, discursos, imagens, gestos, ações e olhares que colocam o sujeito negro e as Pessoas de Cor não só como “Outra/o” – a diferença contra a qual o sujeito branco é medido – mas também como Outridade, isto é, como a personificação dos aspectos reprimidos na sociedade branca (2019, p.78).

Além disso, a palavra cotidiano está demarcando que a experiência do racismo não é algo pontual, ela está investida num padrão contínuo de abuso, de violação, de violências sistemáticas, de experiências traumáticas que insistem em vir à tona na trajetória de vida de pessoas negras. É nesse capítulo que a autora apresenta a metodologia do seu trabalho, anuncia as entrevistadas, as questões que serviram de referência para o desenvolvimento das entrevistas, buscando levar em consideração o impacto do gênero na experiência do racismo. As entrevistas focaram nas narrativas biográficas a fim de possibilitar a reconstrução da vivência negra dentro da lógica racista. Foram realizadas entrevistas com seis mulheres africanas ou da diáspora (entre elas, uma afro-brasileira) que viviam na Alemanha, mas apenas as narrativas biográficas de duas dessas interlocutoras são densamente analisadas nos capítulos seguintes, a de Alicia (afro-germânica) e a de Kathleen (afro-estadunidense). Para

Grada Kilomba, essas narrativas biográficas revelaram informações vastas e detalhadas acerca do racismo cotidiano, pois são testemunhos de duas mulheres residentes na Alemanha que nos ajudam a melhor compreender a racialização na sociedade alemã. A autora realiza um registro entre o biográfico e o etnográfico, tal como faz consigo mesma ao longo de todo o livro.

Os pontos considerados como núcleos nas entrevistas foram: “percepções da identidade racial e do racismo na infância; percepções gerais do racismo e questões raciais na família; experiências pessoais e vicárias de racismo na vida cotidiana; percepções de si em relação a outras pessoas negras; percepções da branquitude no imaginário negro; as percepções da beleza feminina negra e questões relacionadas aos cabelos; as percepções da feminilidade negra; a sexualização das mulheres negras” (2019, p.87). Trata-se de uma pesquisa orientada ao sujeito; há uma preocupação com a realização de uma pesquisa que seja centrada nos sujeitos e que se complementa com o chamado “*study up*”, em que pesquisadoras e pesquisadores investigam seu próprio grupo social de forma a inibir a produção de um status quo no conhecimento científico, havendo uma experiência social e racial compartilhada e não distanciada entre aquela/e que realiza a investigação e as/os interlocutoras/es. Por isso, Kilomba optou por realizar entrevistas com mulheres negras de idade e classe semelhantes às dela a fim de tornar as relações de poder menos hierarquizadas e mais igualitárias.

Do capítulo 4 (“Racismo genderizado”) até o penúltimo (13), Grada Kilomba irá se aprofundar nas narrativas das mulheres negras, inclusive analisando a sua própria narrativa. Os temas a serem abordados voltam-se para as análises sobre as políticas de espaço e exclusão, as políticas do corpo e do cabelo, passando pelos insultos raciais. A autora desmonta, de modo incisivo, a normalidade do racismo, expondo a violência e o trauma de ser colocada/o como Outra/o diante dessa matriz violenta e fundadora da violência estrutural e estruturante das relações sociais que é o racismo.

No quarto capítulo, debruça-se sobre o cruzamento entre gênero e raça na produção do racismo cotidiano, apesar de não acionar propriamente a categoria de interseccionalidade, como proposta pela jurista negra norte-americana Kimberlé Crenshaw (2002). Percebo que, em sua análise, há uma intersecção dessas categorias acima citadas. Nessa parte do livro, Kilomba expõe o que se entende por racismo genderizado, uma opressão racial sofrida por mulheres negras estruturada por percepções racistas de papéis de gênero (KILOMBA, 2019, p.99). Trata-se de um capítulo sobre as políticas de invisibilização e de esquecimento e apagamento das mulheres negras, que podem ser muito bem perceptíveis no espaço acadêmico. Chama a atenção para o lugar do servilismo direcionado às mulheres negras, além de colocar em xeque a falsa ideia de uma possível sororidade universal, que foi questionada pelas feministas negras.

No capítulo 5 (“Políticas espaciais”), Kilomba discute o cruzamento entre raça e nacionalidade na construção do racismo cotidiano. A pergunta insistente (“De onde você vem?”) feita a Alicia, mulher afro-alemã, demarca que aqui não é o seu lugar, havendo uma

ilusão histórica de que, pelo fato de ser negra, não pode pertencer a uma dada nacionalidade ou territorialidade. Há uma esquizofrenia no questionamento constante por parte dos brancos em querer demarcar o sujeito negro sempre em outro espaço, determinando o não pertencimento. Procura-se, mais uma vez, o não conhecer, o não escutar o que a pessoa negra está constantemente afirmando.

No capítulo 6 (“Políticas do cabelo”), dispõe-se que, para diversas mulheres negras, as mensagens que degradam a sua estética de beleza natural são aprendidas desde a infância, nos programas televisivos, nas escolas, dentro de redes sociais de parentesco e amizade. São essas construções, em que seu cabelo crespo é exótico, feio e sujo, que por vezes alimentam o processo violento do alisamento numa tentativa de apagar uma imagem a que foram submetidas. O tocar invasivo em um cabelo crespo sem pedir permissão e as perguntas sobre como se lava o cabelo crespo são arsenais perversos da face do racismo no dia a dia. Por outro lado, o assumir o cabelo crespo tornou-se sinônimo da consciencialização política identitária da mulher negra.

No capítulo 7 (“Políticas sexuais”), encontra-se o relato do racismo cotidiano dentro da relação íntima. Há uma interessante percepção de Grada Kilomba na maneira em que o racismo é operado, por meio de uma triangulação que permite que o sujeito branco propague suas práticas racistas contra o sujeito negro, sobretudo devido à existência de uma plateia consensual e silenciadora de outro branco que o apoiará nos insultos raciais, nas piadas racistas e em tantas outras situações. Em contrapartida, nesse capítulo, há uma discussão em torno da inveja racial do sujeito branco em relação ao sujeito negro e sua vinculação entre desejo, inveja e destruição. A noção do triângulo do racismo é associada ao complexo de Édipo em que o homem branco deseja dominar, humilhar e matar para, então, possuir as mulheres negras. Os corpos de mulheres negras desde o projeto colonial foram inseridos na representação da lógica da subserviência em que elas eram enclausuradas ora como hipersexualizadas, ora como provedoras de leite para os filhos brancos da casa branca, ora como procriadoras de filhos negros para o processo escravocrata. Por seu turno, esses aprisionamentos possuem um duplo efeito subjetivo no racismo: um é o medo que as mulheres brancas têm das mulheres negras lhes roubarem seus maridos; o outro é o de roubarem seus filhos.

Os capítulos 8 (“Políticas da pele”), 9 (“A palavra N. e o trauma”), 10 (“Segregação e contato racial”) e 11 (“Performando negritude”) inserem-se na política do corpo e abordam as práticas de segregação, isolamento de uma ideia de sujeira racial, havendo, por fim, uma reflexão a respeito do corpo da mulher negra quando esta se coloca em um espaço de sumária exclusão, quando a pessoa negra se torna a representação de uma raça, destacando, novamente, que a opressão que as mulheres negras vivenciam é, antes de tudo, em relação à raça, e não ao gênero.

Kilomba enfatiza o processo de invisibilização da pessoa negra, que se alia no mecanismo da negação da negritude, como na frase dita a Alicia: “bom, mas para mim você não é negra”. Há uma explicação sobre uso, construção e hierarquização das nomenclaturas

N. (negro), M. (mestiço) e de como a palavra N., um conceito colonial produzido durante a expansão europeia, pode produzir um trauma ao se tornar um termo pejorativo, mas também pode se transformar em um objeto de exotismo e de inveja e desejo pelo corpo negro: “Que pele linda... Eu também queria ser uma N.”. Nesse jogo instituído entre palavras doces e azedas, como bem ressaltou Kilomba, o corpo manifesta uma ideia de trauma no sentido de ser uma experiência indizível, desumanizadora, em que não há palavras ou imagens que a correspondam, sendo sentida e somatizada no corpo: “[v]ocê sente essa dor nos seus dedos”, como destacou Kathleen.

Há uma importante discussão que Kilomba faz sobre a enunciação da diferença e a discriminação. No momento em que uma criança aprende que há diferentes raças, pode entender que a diferença está ligada à distinção fenotípica, e não a uma diferença de tratamento. Essa construção da diferença presume que grupos racializados são uma realidade dada a priori em vez de ser consequência do racismo; sendo assim, é ensinado que as pessoas sofrem discriminação porque são diferentes, quando o que ocorre é justamente o oposto, as pessoas se tornam diferenciadas através do processo discriminatório, com narrativas racistas fixadas na cor de pele. A racialização dos grupos é efeito e não motivo do racismo, este último produz a diferença sob a forma da discriminação.

No capítulo 12 (“Suicídio”), a autora mostra uma das faces traumáticas do racismo, que é a sua ligação com a morte, quando uma interlocutora vincula o suicídio da sua mãe ao racismo e ao isolamento. Essa circunstância relaciona-se com o isolamento intenso, perverso, violento e cruel da desqualificação do eu, da pessoa negra. São inúmeros os relatos de suicídios praticados pelos sujeitos negros no período escravocrata, mas não só nele; o que está em jogo é a não pactuação com uma constituição histórica que lhes nega a fala, a vez, a liberdade e a sua autonomia. O fato de retirar a sua vida pode ser um ato de tornar visível, de se fazer sujeito e, sendo sujeito, decidir sobre a sua existência.

O capítulo 13 (“Cura e transformação”) é sobre o processo de cura e transformação quando o sujeito negro não se permite calar, mas também quando essa fala não é escutada, não interessando a crítica que por ela é expressa. Nesse capítulo, Kilomba reafirma que o racismo é um problema branco que se apresenta na estrutura das relações sociais e nas instituições que pessoas negras vivenciam. A cura para essa ferida aberta do colonialismo e do trauma deixado pelo racismo ocorre nas vivências micro. É uma saudação, um sorriso de uma pessoa negra passando na rua, uma pessoa negra a reconhecendo enquanto sua semelhante e irmã, são situações acionadas para confrontar o trauma já estabelecido, é o afeto e o reconhecimento de uma humanidade que lhe foi roubada e negada, numa tentativa incessante de recriar esses laços familiares rompidos; como apontou Kilomba, são tentativas de trabalhar o trauma colonial da separação.

Por fim, o capítulo 14 (“Descolonizando o Eu”) retoma as reflexões já suscitadas nos capítulos iniciais. Nesse momento, já estamos cientes de como se constrói o ego de defesa do sujeito branco – negação, culpa, vergonha, reconhecimento, reparação – que deveria ser um caminho para a conscientização e a ruptura das práticas racistas. Nessa reta final, a autora

recupera a noção do trauma, como opera o trauma colonial e como essa ferida é reatualizada e reencenada, pensando de que maneira um relato que parece ser do passado é, na verdade, encontrado na contemporaneidade. Ela resgata a ideia de plantation, que é essa memória de uma história coletiva vivenciada pela pessoa negra que carrega consigo as explorações raciais, as humilhações, as ofensas, os maus-tratos, as dores, revivida nos episódios de racismo cotidiano e que está presente na experiência de mundo do sujeito negro. Expõe que esses acúmulos de acontecimentos violentos explicitam um padrão histórico de abuso racial que contempla as atrocidades da violência racista, tal como as memórias coletivas de um trauma colonial.

O que Grada Kilomba alerta nesse momento é para percebermos as manifestações cotidianas do racismo como um tipo de violência que se acumula para além da existência individual das mulheres e homens negros. Não há a possibilidade de se realizar uma discussão sobre o racismo sem pensar a questão do trauma. É com base nesse entendimento que Kilomba propõe conceituar o racismo cotidiano como uma experiência traumática, já que a ele estariam vinculadas as três dimensões definidoras do trauma: o choque violento, a separação e a atemporalidade. O racismo cotidiano, argumenta a autora, é experimentado como um choque violento que de repente coloca a questão negra dentro de um cenário colonial como em uma cena da plantation, o sujeito negro sendo encarcerado como o “Outro”, subordinado e exótico. Há várias frases citadas ao longo do texto, como “Que belo N. Eu quero ser um também!”, diz uma garota a Kathleen, o que deixa a interlocutora chocada, pois não esperava ser percebida como o “Outro” inferior. Este momento de surpresa e dor descreve o racismo cotidiano como uma encenação em que os brancos se tornam mestres simbólicos e os negros, por insulto e humilhação, escravos figurativos. Inesperadamente, o passado vem coincidir com o presente, e o presente é experimentado como se estivesse nesse passado agonizante, como o título do livro, *Memórias da plantação*. Memórias enterradas vivas que estão prontas para ser contadas e revisitadas a qualquer momento.

Ao final, Grada Kilomba afirma sobre a necessidade de o sujeito negro se libertar dos aprisionamentos da ordem colonial, impondo mais limites, recusas, barreiras, negando o lugar de Outridade que lhe foi imposto e afirmando-se subjetivamente como indivíduo independente da relação com o branco. A raiva pode ser uma aliada nesse recurso, assim como o olhar para nós mesmos, configurando-se como estratégias que poderão mudar essa relação de querer ser o tempo todo compreendido pelo consenso branco para compreender a si, numa mudança de perspectiva. E esse tornar-se sujeito passa também por uma série de mecanismos de defesa do ego, que incluem a negação, a frustração (agressão, ansiedade, defesa e inibição), a ambivalência, a identificação e, ao final, para a descolonização, a capacidade de dizer não, a recusa de uma representação.

O trabalho constitui-se de grande relevância quando se reifica a importância da abordagem da microanálise para dar conta dos fenômenos sociais, uma análise que contempla a realidade vivida diariamente dos sujeitos negros, privilegiando o que falam as

pessoas sobre o racismo e como o racismo repercute nelas. Sentimentos, pensamentos, realidades, experiências são trazidas à tona. Kilomba oferece uma nova e inspiradora interpretação do racismo cotidiano sob a forma de histórias curtas, dando ênfase a uma dimensão traumática do racismo, a uma violência diária que reencena um trauma colonial e que nos emudece.

O livro é essencial para qualquer pessoa interessada em estudos sobre as relações raciais, racismo estrutural, estudos pós-coloniais, branquitude, gênero, psicanálise e nacionalidade, evoca temáticas da solidão, estereótipos, políticas, sexualidade, afeto, suicídio e estética. É esta visão que Grada Kilomba traz nesse livro: a importância de compreender a mulher negra como sujeito em uma sociedade, considerando imprescindível ouvir o que essas mulheres têm a dizer sobre sua vida cotidiana. Nesse sentido, é fundamental atentar para as experiências individuais e subjetivas de racismo cotidiano, de modo a compreender a memória histórica e coletiva da população negra. A autora também mostra como pessoas brancas privilegiadas estão atuando no combate a essas opressões e destaca a responsabilidade que possuem diante dessas questões. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano é uma descrição profunda das relações raciais. É sobre mim, sobre minha mãe, sobre as mulheres da minha família, é sobre a trajetória de diversas mulheres negras em variadas situações nas quais foram sistematicamente silenciadas em espaços de poder que nos foram negados ao longo do tempo, nos permitindo revisitar pensamentos sobre o mundo e sobre nós, tendo como cenário as diversas facetas da prática racista no nosso cotidiano.

Referências Bibliográficas

- CRENSHAW, Kimberlé. (2002). "Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero". Revista Estudos Feministas, v. 10, n. 1, Florianópolis, p. 171-188.
- COLLINS, Patricia Hill. (2000). *Black Feminist Thought*. knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. New York: Routledge.
- ESSED, Philomena. (1990). *Everyday racism*: reports from women of two cultures. Alameda: Hunter House Publishers.
- FANON, Frantz. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EdUFBA.
- hooks, bell. (1989). *Talking Back*: thinking feminist, talking black. Boston: South End Press.
- SOUZA, Neusa Santos. (1983). *Tornar-se negro*: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- SPIVAK, Gayatri Chakravarty. (1995). "Can the Subaltern Speak?". In: Bill Ashcroft, GRIFFITHS, Gareth & TIFFIN, Helen (Eds.). *The post-colonial studies reader*. London: Routledge, p. 24-28.

Sobre a autora**Maíra Samara de Lima Freire**

É doutora em Antropologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ. É integrante do Comitê de Antropólogas/os Negras/os da Associação Brasileira de Antropologia e ativista do Ajagun Obírin/Natal (Rio Grande do Norte, Brasil). Atualmente é professora substituta na Universidade Estadual da Paraíba, campus Campina Grande.

Recebido em 26/03/2020

Aceito para publicação em 06/06/2020